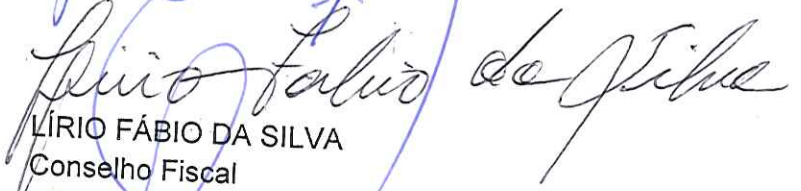


PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Em cumprimento da Lei e do Estatuto, o Conselho Fiscal da Fundação Santa Casa de Misericórdia de Franca, no exercício das suas atribuições, examinou o Balanço Contábil, e demais elementos de prestação de contas referentes ao exercício de 2017.
2. O Conselho Fiscal apreciou, também, o parecer dos Auditores Independentes e endereça-lhes o seu apreço pela colaboração prestada.
3. Na sequência da análise feita aos documentos apresentados, o Conselho Fiscal é de opinião que, de uma forma geral, os mesmos refletem a posição econômico-financeira da Fundação em 31 de dezembro de 2017 e estão em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.
4. Tendo em consideração os elementos apresentados, o Conselho Fiscal é de parecer que:
Seja aprovado o Parecer dos Auditores, e as Demonstrações Contábeis e demais documentações de prestação de contas.

Franca, 09 de fevereiro de 2018.


JOÃO BATISTA LIMA
Conselho Fiscal


LÍRIO FÁBIO DA SILVA
Conselho Fiscal

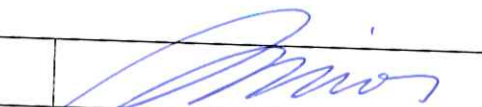
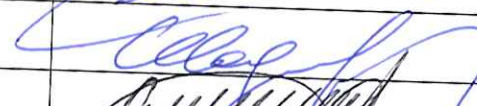

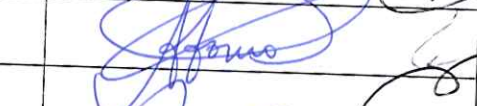

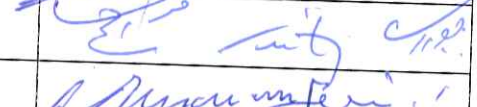
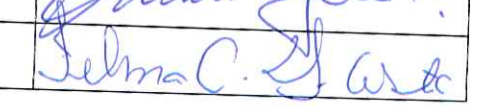



MILTON DE PAULA MARTINS
Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Em cumprimento da Lei e do Estatuto, o Conselho de Administração da Fundação Santa Casa de Misericórdia de Franca, no exercício das suas atribuições, examinou o Balanço Contábil, e demais elementos de prestação de contas referentes ao exercício de 2017.
2. O Conselho de Administração apreciou, também, o parecer dos Auditores Independentes e endereça-lhes o seu apreço pela colaboração prestada.
3. Na sequencia da análise feita aos documentos apresentados, o Conselho de Administração é de opinião que, de uma forma geral, os mesmos refletem a posição econômico-financeira da Fundação em 31 de dezembro de 2017 e estão em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.
4. Tendo em consideração os elementos apresentados, o Conselho de Administração é de parecer que:

Seja aprovado o Parecer dos Auditores, e as Demonstrações Contábeis e demais documentações de prestação de contas.

Franca, 14 de fevereiro de 2018.

Luis Aurélio Prior	
Wagner César Ferreira	
Agenor Gado	
Carlos Frederico Mantovani de Albuquerque	
Afonso Borges Peixoto	
Alfredo Militão Rodrigues	
José Carlos Pinheiro	
Maurício Alexandre Penna Said	
Mauro Marangoni	
Telma Cecília Diniz Costa	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do

AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES TAQUARITINGA – AME TAQUARITINGA/ - FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCA CNPJ 47.969.134/0006-93

Franca – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES TAQUARITINGA – AME TAQUARITINGA/FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCA CNPJ 47.969.134/0006-93, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e demonstrações de fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES TAQUARITINGA – AME TAQUARITINGA/FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCA CNPJ 47.969.134/0006-93 em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Conforme nota explicativa no. 02, as demonstrações financeiras indicam que esta Filial incorreu no déficit de R\$ 65.104 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, porém trata-se de um fato pontual sendo as demonstrações financeiras consolidada não indicam situação ou problemas sobre incerteza de continuidade, sendo que o Patrimônio Líquido Consolidado está positivo em R\$ 15.620.217. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase

Conforme nota explicativa no. 13, durante o exercício de 2017 a Entidade adquiriu o montante de R\$ 582.822 de imobilizado Gestão Pública. em decorrência do contrato de gestão Clausula Segunda Item 6 que menciona: *"6- Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos termos de permissão de uso, até sua restituição ao Poder Público"*, nesse sentido os bens compõem o balanço patrimonial no ativo e passivo, conseqüentemente não estão reconhecidas as despesas de depreciação.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações, sejam elas financeiras ou não financeiras (que não as demonstrações financeiras e o relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras).

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange essas outras informações e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre essas informações. Conforme NBC TA 720 – item A52, para as entidades não listadas, é facultado identificarmos neste relatório as outras informações que esperamos receber e que acompanham as demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras do AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES TAQUARITINGA – AME TAQUARITINGA/FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCA CNPJ 47.969.134/0006-93 não estão apresentadas para fins de comparação, em função da filial ter iniciado suas atividades em 18 de outubro de 2017.



Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.


Conforme NBC TA 700 – item 40(b) é compulsório apenas para as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 – item 5 é compulsório apenas as entidades listadas. A obrigatoriedade desses assuntos às entidades listadas, não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2018.



SGS Auditores Independentes
CRC 2 SP 020 277/O-5


Presley José Gódy
CRC 1 SP 185.052/O-5



**AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES TAQUARITINGA - AME
TAQUARITINGA/ - FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCA
CNPJ 47.969.134/0006-93**

**Balanço Patrimonial Levantado em 31 de dezembro de 2017
Em Reais**

ATIVO	Nota	2017
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa – com restrição		1.169
Aplicações financeiras – com restrição investimento	3	746.395
Aplicações financeiras – com restrição custeio	3	231.926
Estoques		60.081
Outros ativos circulantes		34.368
Total do ativo circulante		1.073.939
NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado – com restrição	4	574.906
Intangível – com restrição	5	7.916
Total do ativo não circulante		582.822
TOTAL DO ATIVO		1.656.761

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES TAQUARITINGA - AME
TAQUARITINGA/ - FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCA
CNPJ 47.969.134/0006-93**

**Balanco Patrimonial Levantado em 31 de dezembro de 2017
Em Reais**

PASSIVO	Nota	2017
CIRCULANTE		
Fornecedores		86.113
Honorários Médicos		100.414
Obrigações sociais e fiscais	6	112.510
Obrigações tributárias		11.753
Provisão de férias e encargos		39.319
Outros passivos circulantes		4.670
Subvenções a realizar - estoque		60.081
Projetos a Executar	10	724.183
Total do passivo circulante		<u>1.139.043</u>
NÃO CIRCULANTE		
Gestão Pública Imobilizado	13	582.822
Total do passivo não circulante		<u>582.822</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio líquido		(65.104)
Total do patrimônio líquido		<u>(65.104)</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.656.761</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES TAQUARITINGA - AME
TAQUARITINGA/ - FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCA
CNPJ 47.969.134/0006-93**

**Demonstração do Resultado
Para o exercício findos em 31 de dezembro de 2017
Em Reais**

	Nota	2017 (Período de 18 de outubro a 31 de dezembro 2017)
RECEITAS		
Convênios e subvenções Específicas		
Outras Receitas	07	1.572.044
Total de receitas		<u>13</u> 1.572.057
DESPESAS		
Com pessoal e encargos		(506.576)
Serviços de Terceiros		(227.439)
Gasto com adequação física		(61.221)
Medicamentos e materiais		(155.950)
Administrativas e gerais		(683.222)
Financeiras		(2.553)
Tributárias		(200)
Total das despesas		<u>(1.637.161)</u>
Superávit/ (Déficit) do exercício		<u>(65.104)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES TAQUARITINGA - AME
TAQUARITINGA/ - FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCA
CNPJ 47.969.134/0006-93**

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/Passivo a descoberto
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017
Em Reais**

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Outras Reservas</u>	<u>Superávit/ (Déficit) do Exercício</u>	<u>Total</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	-	-	-	-
Superávit (déficit) do exercício			(65.104)	(65.104)
Transferência de superávit (déficit) Com restrição		(65.104)	65.104	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	-	(65.104)	-	(65.104)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES TAQUARITINGA - AME
TAQUARITINGA/ - FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCA
CNPJ 47.969.134/0006-93**

**Demonstrações de Fluxo de Caixa
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Em Reais**

	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Superávit (déficit) do período	(65.104)
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:	
Depreciação e amortização	-
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo imobilizado	-
Redução (aumento) do ativo	
Estoques	(60.081)
Outros ativos	(34.368)
Aumento (redução) do passivo	
Fornecedores	86.113
Obrigações sociais e fiscais	124.263
Subvenções a realizar	784.264
Provisão de férias	39.319
Outros passivos	687.906
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais	<u>(582.822)</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	
Aquisições de ativo imobilizado	(574.906)
Aquisições de ativo intangível	(7.916)
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	<u>(582.822)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	
Recebimentos de empréstimos e financiamentos	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-
Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamentos	<u>-</u>
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	979.490
Caixa e equivalentes no início do período	-
Caixa e equivalentes no fim do período	979.490
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	979.490

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES TAQUARITINGA - AME
TAQUARITINGA/ - FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCA
CNPJ 47.969.134/0006-93**

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017
Em Reais**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Os AMEs são centros ambulatoriais de diagnóstico e orientação terapêutica de alta resolutividade em especialidades médicas, com ênfase nas necessidades da rede básica. Devem proporcionar atendimento de forma próxima e acessível ao cidadão, através da prestação de um conjunto de serviços que garantam uma intervenção rápida e eficaz, a fim de promover o diagnóstico precoce, orientar a terapêutica e ampliar a oferta de serviços ambulatoriais especializados, atendendo à necessidade regional nos problemas de saúde que não podem ser plenamente diagnosticados ou orientados na rede básica, pela sua complexidade, mas que não precisam de internação hospitalar ou atendimento urgente.

O Ambulatório Médico de Especialidades de Taquaritinga é gerenciado pela Organização Social de Saúde (OSS) Santa Casa de Misericórdia de Franca, Hospital Ensino reconhecido pelo MEC, através de Contrato de Gestão firmado com a Secretaria do Estado de Saúde (SES)-SP, este contrato discrimina as atribuições, responsabilidades e obrigações na operacionalização da gestão, compreendendo a execução das atividades e serviços de assistência à saúde, bem como a sistemática econômico-financeira da gestão.

A execução dos recursos, repassados a título de custeio e investimento, são realizados para o AME Taquaritinga, através de compras, contratos de terceiros, quadro de pessoal, recebimento de mercadorias, administração do almoxarifado e farmácia.

O AME Taquaritinga iniciou suas atividades em 18 de outubro de 2017 e foi inaugurado oficialmente em 14 de novembro de 2017, possui características e dinâmicas especiais, orientados pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo fortalecendo a rede de atendimento à saúde no Estado de São Paulo. Está iniciando suas atividades aumentando gradativamente os atendimentos com o compromisso de cumprimento das metas pactuadas pelo contrato de gestão, sabendo usar o orçamento previsto para cada novo processo implantado. O AME Taquaritinga no ano de 2017, no quarto trimestre, em seu início, atendeu 13 das 23 especialidades médicas previstas no contrato de gestão e 5 das 7 especialidades não médicas.

As metas tratadas neste início de implantação, devido ao conhecimento sobre o funcionamento da nova Unidade de Saúde pelos municípios de sua abrangência, somados as finalizações de processos estruturais e organizacionais ainda não foram completamente atingidas, percebendo-se crescimento relevante de atendimentos no decorrer dos meses.

A gestão é qualificada e dá-se através de trabalho ético e profissional dos colaboradores, médicos e gestores. A OSS que tem como premissa a transparência e o trabalho focado nos indicadores de gestão, além da relação com o DRS III, de Araraquara, participando dos colegiados, realizando matricialmente, conhecendo a realidade dos municípios e sempre ampliando seus serviços de acordo com as necessidades deste colegiado e SES-SP. O que nos levará ao pleno funcionamento em menor espaço de tempo, reforçando esta rede de saúde e beneficiando milhares de pacientes do SUS.



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

As demonstrações financeiras indicam que esta Filial incorreu no déficit de R\$ 65.104 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, porém trata-se de um fato pontual sendo as demonstrações financeiras consolidada não indicam situação ou problemas sobre incerteza de continuidade, sendo que o Patrimônio Líquido Consolidado está positivo em R\$ 15.620.217. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração das receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumento financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.



e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Estoques

São demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - COM RESTRIÇÃO

Aplicações em fundos de investimentos
Total

2017

978.321

978.321


Tais valores serão executados para compra de materiais médico-hospitalares, medicamentos, de consumo conforme as necessidades, verbas rescisórias em caso de rescisão do contrato de Gestão, bem como a manutenção preventiva, eventual substituição dos equipamentos e serviços.

12. DÉFICIT DO EXERCÍCIO

No ano de 2017 a AME apresentou déficit contábil no valor de R\$ 65.104, devido provisionamento de despesas com provisões e encargos, não sendo o resultado negativo devido a atividade operacional

13. GESTÃO PÚBLICA IMOBILIZADO

Durante o exercício de 2017 a Entidade adquiriu o montante de R\$ 582.822 de imobilizado Gestão Pública. em decorrência do contrato de gestão Clausula Segunda Item 6 que menciona: *“6- Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos termos de permissão de uso, até sua restituição ao Poder Público”*, nesse sentido os bens compõem o balanço patrimonial no ativo e passivo, consequentemente não estão reconhecidas as despesas de depreciação.



José Cândido Chimionato

